

Protocolo

Entre o Arquivo Distrital de Viseu e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro S. A. Foi celebrado, no dia 15 de Fevereiro, um protocolo de colaboração técnica que visa, especificamente, um projecto de organização do arquivo da ex- ENU – Empresa Nacional de Urânio e suas antecessoras, responsáveis pela exploração de minérios de rádio e urânio, nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra.

A descoberta de jazigos urano-radíferos em Portugal data do início do século XX. A partir de 1912, a Sociedade Urânio-Rádio (SUR) explorou a mina da Urgeiriça, no concelho de Nelas, distrito de Viseu. De 1945 a 1962, o urânio foi explorado por uma sociedade com capitais essencialmente ingleses, a Companhia Portuguesa de Radium, Lda. (CPR). Em 1954, o Governo Português cria a Junta de Energia Nuclear (JEN) com o objectivo, entre outros, de efectuar uma prospecção sistemática de minérios radioactivos e afins, em todo o território nacional. No início da década de 60 dá-se uma quebra repentina na cotação do urânio e a JEN reduziu drasticamente a sua actividade de prospecção e dedicou-se à produção de concentrados de urânio. Em fins de 1973, com a crise do petróleo, inicia-se uma nova fase de procura de urânio, pelo que, em 1977, a JEN foi substituída, na sua actividade produtiva, pela Empresa Nacional de Urânio, E. P. (ENU, EP). Em 1990, a ENU, EP foi transformada em Empresa Nacional de Urânio, S.A. (ENU, SA), mantendo-se o objecto social. A ENU, SA foi integrada na *holding* mineira estatal EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, em 1992. A dissolução da ENU concretizou-se, em definitivo, em Dezembro de 2004.

Incorporações

Livros paroquiais

Mangualde – 21 livros (1823-1905) sendo: baptismos – 6 (1881-1905); casamentos – 5 (1874-1905); óbitos – 10 (1823-1904).

Agenda Cultural

Contributos para a História Local

O ADVIS associa-se ao XXIV Encontro de Professores de História da Zona Centro, que se irá realizar em Viseu, nos dias 26, 27 e 28 de Abril, com uma mostra documental subordinada ao tema “Contributos para a História Local”, que estará patente no átrio da Aula Magna do Instituto Politécnico.

Esta mostra documental visa contribuir para o entendimento da instituição de várias presenças, partes integrantes da cidade de Viseu.

Com a realização deste evento pretendemos reafirmar o princípio da divulgação de um património documental de enorme riqueza, através do qual é possível reconstituir a história local, e que se encontra disponível para estudo, reflexão e análise.

Conventos cistercienses

Para o dia 5 de Maio está agenda mais uma mostra documental, integrada no II Encontros Culturais, a realizar no Convento de São Cristóvão de Lafões, na freguesia com o mesmo nome, no concelho de São Pedro do Sul.

“Os Conventos Cistercienses”, da reforma da Ordem Beneditina levada a cabo pelo abade Roberto de Molesme, ao fundar o mosteiro de Cister em 1098, são o mote para esta iniciativa.

Viseu . nº25 . 1º trim . 2006

Editorial

Por Decreto de 1834, Joaquim António de Aguiar põe termo à maioria das ordens religiosas, devendo os bens ser incorporados na Fazenda Nacional.

Uma portaria do Tesouro Público, datada de 2 de Maio de 1840, inclui o “resumo demonstrativo das Casas Religiosas suprimidas ou extintas no Continente do Reino, e das Corporações a que pertenciam”. No caso de Viseu, os valiosos cartórios monásticos ficaram à guarda do Seminário de Viseu. Lamentavelmente, um grande incêndio devastou, em 1843, uma das alas do edifício do Seminário onde essa documentação se encontrava.

O Decreto-Lei n.º 20803 de 22 de Janeiro, cria o Arquivo Distrital de Viseu e destina-o a “recolher, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos” diversos núcleos documentais, entre os quais “papéis dos extintos mosteiros existentes nas inspecções e repartições de finanças”.

Assim, foi incorporada documentação de treze conventos que existiram no distrito de Viseu, os quais temos dado a saber desde o número dezasseis deste boletim informativo. A estes, juntou-se Santa Cruz de Coimbra, com o qual terminamos esta viagem pelas casas de religiosos ou religiosas, das quais perdura documentação que se encontra à guarda deste Arquivo.

A Directora,
Maria das Dores Almeida Henriques

